

RESENHA: THE ETHICS OF PANDEMICS

Chaiane Mathias (Bolsista IC do BioJusPan)

The Ethics of Pandemics é um livro organizado por Meredith Celene Schwartz e publicado em 2020, que consiste em uma coleção de artigos acadêmicos separados em capítulos que tratam de diferentes questões éticas envolvendo pandemias, especialmente a pandemia da COVID-19.

Na introdução, comenta-se que a maioria dos artigos selecionados foram escritos até a primeira metade do ano de 2020 e que, por isso, alguns dados já poderiam estar desatualizados e novos tópicos poderiam ter surgido, mas os problemas éticos mais centrais devem ter sido cobertos.

No primeiro capítulo, que trata da ética da saúde pública, é salientado que não há um consenso sobre qual visão ética deveria ser seguida. Pois, as primeiras reflexões éticas envolvendo os cuidados com a saúde na sociedade foram baseadas nos princípios tradicionais da Bioética, que teriam trazido uma visão mais individualista ao debate, e que mais recentemente tem se desenvolvido a ideia de pensar a questão da saúde de forma comunitária.



No segundo capítulo, sobre as responsabilidades éticas de profissionais da saúde, surgem as seguintes reflexões: numa situação onde há uma falta de equipamentos de proteção pessoal para os médicos, em resultado de uma política pública do governo de corte de gastos, eles não estariam mais moralmente obrigados a promover cuidados para pacientes infectados com a COVID-19; e, numa crise de saúde que pode atingir o mundo inteiro, os médicos de todos os lugares teriam um dever moral de se deslocar do seu país até outro para cuidar dos enfermos, pois nesse caso todas as pessoas estariam igualmente sob o perigo de serem afetadas, já que poderia haver um alastramento do problema por falta de cuidados básicos.

O terceiro capítulo fala sobre a adesão pelas pessoas das instruções das autoridades competentes em diversas questões envolvendo a COVID-19, é colocado como o respeito às recomendações de cuidado pessoal e para com os outros talvez seja a medida mais efetiva para reduzir o mal causado por essa doença, e, concomitantemente, é preciso que as mensagens das autoridades sejam claras, não só para que o público possa compreender o que deve ser feito, mas também para evitar que uma possível confusão na comunicação se transforme em uma desconfiança nessas autoridades.

O quarto capítulo, que trata sobre a alocação de recursos escassos, argumenta que eticistas podem contribuir para o desenvolvimento de critérios que irão ditar como esses recursos devem ser distribuídos, e esse guia ético para a tomada de decisões

serviria tanto para garantir um tratamento igualitário para toda a população quanto para aliviar o atordoamento causado em profissionais da saúde que, numa falta desses protocolos, precisariam tomar decisões difíceis de forma solitária.

No quinto capítulo, é refletido sobre justiça, entendida na forma de justiça social, que significa tentar alcançar um nível de equidade entre diferentes grupos e também entre diferentes nações. Pensar sobre esse tópico relacionado à pandemia significaria refletir sobre como eliminar as desigualdades para que as políticas de enfrentamento da doença possam atender às necessidades especiais de cada parte da sociedade, que, devido às suas diferenças, requerem um tratamento diversificado.

No sexto capítulo, é tratado sobre a ética das pesquisas científicas na área da medicina e o acesso a medicamentos experimentais. Como garantir que as pessoas possam realizar o tratamento para suas doenças o mais rápido possível e que esse tratamento seja desenvolvido seguindo todas as regras de segurança necessárias, essa discussão, no contexto de uma crise de saúde mundial, onde quanto mais tempo passar mais mortes vão ocorrer, traz ainda mais importância a compreensão dos dilemas éticos que essas questões apresentam, por exemplo, qual nível de risco a sociedade estaria disposta a aceitar para ter acesso a um tratamento ou à vacina de forma mais célere.

O sétimo capítulo gira em torno do exemplo de uma tecnologia que usaria dados coletados dos smartphones das pessoas para serem usados pelo sistema de saúde pública para alertar as pessoas de possível contato com alguém infectado com a COVID-19, por exemplo, e, assim, garantir uma diminuição no

contágio da doença. Isso faz surgir um novo capítulo no embate entre os direitos de privacidade e liberdade individual e vigilância e segurança social.

O oitavo capítulo reflete na possibilidade de voltar à vida normal ainda com a falta de um tratamento ou vacina para a doença. O primeiro artigo diz que é imoral a defesa de uma “volta ao normal”, o autor argumenta que não se poderia dar mais importância à economia do que a salvar vidas. Já o segundo artigo diz que a sociedade não teria informações suficientes para dizer com certeza qual o melhor ato seguir. Se uma vacina estivesse próxima de ser desenvolvida, mais isolamento pareceria a melhor opção, mas se não, então tentar voltar à vida normal parece a melhor opção, pois o contrário, que resultaria num grande problema econômico, ameaçaria muitas vidas também.



Para ser tratado de forma mais minuciosa, foi escolhido um artigo que traz uma proposta para a alocação de recursos médicos escassos.

Nele são apresentados quatro valores éticos que serviriam de guia para a criação de critérios que devem ser seguidos para garantir uma distribuição justa de recursos e é salientado que um princípio moral sozinho não é suficiente para a tomada de decisões

difíceis, além de que diferentes sistemas de cuidados com a saúde em diferentes localidades irão necessitar de diferentes critérios guias. E também são dadas seis recomendações de que forma esses valores éticos podem ser pensados para serem utilizados.

Os quatro valores éticos são: maximização de benefícios (que pode significar salvar o maior número de pessoas possível ou salvar a vida daqueles que tem a possibilidade de viver mais tempo após o tratamento); garantia de tratamento igualitário (que pode significar a seleção de pacientes para tratamento de forma aleatória ou o tratamento por ordem de chegada); prioridade de tratamento para certos grupos (que pode significar o tratamento prioritário de profissionais que ajudam a salvar vida, por exemplo, os profissionais da saúde, ou tratar primeiro pessoas que ajudaram no passado de alguma forma no salvamento de vidas); e prioridade de tratamento para aqueles que sofreriam os piores resultados se ficassem sem tratamento (o que pode significar tratar primeiro quem se encontra em um estado mais grave ou aqueles que teriam tido um tempo de vida menor se não sobrevivessem).



E, tendo como fundamento esses valores, o autor fez as seguintes seis recomendações na criação de um guia de ação:

Recomendação 1 – para a maximização de benefícios, considerado o valor mais importante, devem ser priorizados recursos tanto para o salvamento do maior número de pessoas quanto para garantir que os indivíduos vivam o maior tempo possível após o tratamento;

Recomendação 2 – os profissionais de saúde e similares devem ter tratamento prioritário, em razão de que eles são essenciais para a continuação dos cuidados com a saúde geral;

Recomendação 3 – para pacientes com casos parecidos, a alocação de recursos deve ser feita de forma aleatória, tal como o uso de uma loteria, e o critério de tratamento por ordem de chegada nunca deve ser utilizado, pois isso apenas significaria um tratamento desigual entre a população, visto que quem mora mais perto de centros de saúde teria vantagem sobre os demais;

Recomendação 4 – a alocação de recursos deve estar baseada sempre nas necessidades especiais de cada local e fundamentada em evidências científicas atualizadas;

Recomendação 5 – para pacientes com casos parecidos, pessoas que participaram de pesquisas de desenvolvimento de vacinas e tratamentos da doença devem receber tratamento prioritário;

Recomendação 6 – não deve ser feita diferenciação entre pacientes com a COVID-19 e com outras enfermidades, nesses casos a alocação dos recursos fica baseada na maximização de benefícios.

E como conclusão, o autor salienta que é preciso que as políticas de governo sejam pensadas para, primeiramente, garantir que não faltem recursos para o tratamento de doenças e demais condições médicas, mas que, em caso de que esses recursos se tornem escassos, então esses valores e recomendações devem funcionar como um ponto de partida para o desenvolvimento de guias éticos de ação, que são tão precisos tanto numa situação de pandemia quanto em condições de vida normal.

Decidir o que fazer em relação à alocação de recursos médicos escassos, como levar uma pesquisa científica no desenvolvimento de uma vacina por caminhos éticos, qual a forma mais justa de distribuir tratamento de uma doença

para a população, e as demais questões trazidas pelo livro são complicadas de se deliberar sobre, seja fora de um contexto de crise de saúde mundial ou em meio a uma pandemia que torna o julgamento ainda mais delicado.

Assim, livros como esse são importantíssimos, tanto para que governos tenham uma base ética pela qual guiarem suas decisões, quanto para a população em geral, pois é ela que elege seus governantes, e para isso precisa estar equipada de recursos confiáveis para terem a garantia de que colocaram no poder dos Estados aqueles com vontade e capacidade de deliberarem a favor de seus concidadãos se, ou quando, outra pandemia surgir.